

COORDENADORES
LUIZ FUX
RODRIGO FUX
RAFAEL GAIA PEPE

Temas de **Análise Econômica** *do Direito Processual*

AUTORES

ALEXANDRE MAGND DA CONCEIÇÃO BITTENCOURT • AMANDA DE LIMA VIEIRA • ANDERSON DE PAIVA
GABRIEL • FELIPE CARVALHO GONÇALVES DA SILVA • CARLA CAMPOS AMORELLI DE FREITAS
• CARLA TERESA BONFADINI DE SÁ • CLAUDIO LUIZ DE MIRANDA BASTOS • DANIEL VIANNA VARGAS
• FÁBIO COSTA SOARES • FABÍOLA UTZIG HASELOF • FLÓRENCY RODRIGUES • HEITOR DE ANDRADE MENDES
• ISABEL DE ALBU-QUERQUE MARANHÃO MILMAN • JORGE LUIS DA COSTA SILVA • JOSÉ ROBERTO
SOTERO DE MELLO PORTO • LUDMILLA CAMACHO DUARTE VIDAL • LUIZ FUX • MARCELO MAZZOLA
• NATHALIA RIBEIRO • PAULO WUNDER • RAFAEL ESTRELA NÓBREGA • RAFAEL GAIA PEPE • RAFAEL
VASCONCELLOS DE ARAÚJO PEREIRA • ROBERTA FERME SIVOLELLA • RODRIGO FUX • SONIA LEAL MARTINS
• TATIANA MACHADO ALVES • THIAGO DIAS DELFINO CABRAL • TIAGO LEZAN SANT´ANNA

G|Z
EDITORA

Rio de Janeiro
2021

1ª edição – 2021

© Copyright

Luiz Fux / Rodrigo Fux / Rafael Gaia Pepe

Presidente do Conselho Editorial

Nelson Nery Costa

Diagramação

Olga Martins

Foto da capa

Chait Goli - Pexels

Capa

*Carmen Guerrero*CIP – Brasil. Catalogação-na-fonte.
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

A551

Temas de Análise Econômica do Direito Processual / Alexandre Magno da Conceição Bittencourt; coordenação Luiz Fux, Rodrigo Fux, Rafael Gaia Pepe. - 1. ed. - Rio de Janeiro: Mundo Jurídico, 2019.

586p.; 24 cm.

Inclui bibliografia e índice

ISBN 978-85-9524-066-7

1. Direito processual - Brasil. I. Bittencourt, Alexandre Magno da Conceição. II. Fux, Luiz. III. Fux, Rodrigo. IV. Pepe, Rafael Gaia.

19-58138

CDU: 340(81)

O titular cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada poderá requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação, sem prejuízo da indenização cabível (art. 102 da Lei nº 9.610, de 19.02.1998).

Quem vender, expuser à venda, ocultar, adquirir, distribuir, tiver em depósito ou utilizar obra ou fonograma reproduzidos com fraude, com a finalidade de vender, obter ganho, vantagem, proveito, lucro direto ou indireto, para si ou para outrem, será solidariamente responsável com o contrafator, nos termos dos artigos precedentes, respondendo como contrafatores o importador e o distribuidor em caso de reprodução no exterior (art. 104 da Lei nº 9.610/98).

As reclamações devem ser feitas até noventa dias a partir da compra e venda com nota fiscal (interpretação do art. 26 da Lei nº 8.078, de 11.09.1990).

Reservados os direitos de propriedade desta edição pela
EDITORA GZ

Av. Erasmo Braga, 299 sala 202

CEP: 20020-000 Rio de Janeiro – RJ

Tels.: (0XX21) 2240-1406 / 2240-1416 – Fax: (0XX21) 2240-1511

contato@editoragz.com.br

www.editoragz.com.br

SUMÁRIO

<i>Apresentação (Luiz Fux)</i>	V
<i>Prefácio (Paulo Roberto Nunes Guedes)</i>	VII
<i>Sobre os autores</i>	IX
UMA ANÁLISE ECONÔMICA DOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS	
<i>Alexandre Magno da Conceição Bittencourt</i>	1
OS LIMITES DA CONTRAPOSIÇÃO DA TEORIA DO DIREITO COMO INTEGRIDADE AO PRAGMATISMO JURÍDICO	
<i>Amanda de Lima Vieira</i>	41
A INFLUÊNCIA DA COMMON LAW E A NECESSÁRIA MODERNIZAÇÃO DE NOSSO PROCESSO PENAL	
<i>Anderson de Paiva Gabriel/ Felipe Carvalho Gonçalves da Silva/ Rafael Estrela Nóbrega</i>	59
O PRAGMATISMO COMO PARADIGMA JURISDICCIONAL CONTEMPORÂNEO	
<i>Anderson de Paiva Gabriel</i>	99
A IMPORTÂNCIA DE UMA JURISPRUDÊNCIA ESTÁVEL SOB A ÓTICA DA ANÁLISE ECONÔMICA DO PROCESSO	
<i>Carla Campos Amorelli de Freitas</i>	137
DA AÇÃO DE PRODUÇÃO ANTECIPADA DE PROVAS, SEM O REQUISITO DA URGÊNCIA: DO CORRETO ACERTAMENTO DOS FATOS, COMO CONDIÇÃO PARA UM PROCESSO MAIS EFICIENTE	
<i>Carla Teresa Bonfadini de Sá</i>	147
A EFICIÊNCIA ECONÔMICA DA GARANTIA COMO CONDIÇÃO DE EXIGIBILIDADE DOS EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL	
<i>Claudio Luiz de Miranda Bastos Filho</i>	169
ANÁLISE ECONÔMICA DA EXECUÇÃO NO DIREITO PROCESSUAL CIVIL BRASILEIRO	
<i>Daniel Vianna Vargas</i>	189
ANÁLISE ECONÔMICA DO DIREITO E ACORDOS NOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS	
<i>Fábio Costa Soares</i>	207
COLABORAÇÃO PREMIADA E PLEA BARGAINING: UMA OPORTUNIDADE IMPERDÍVEL? NOTAS DE ANÁLISE ECONOMICA DOS IMPACTOS NO CUSTO DO CRIME	
<i>Fabiola Utzig Haselof</i>	231
O USO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL PELO JUDICIÁRIO BRASILEIRO SOB A PERSPECTIVA DA ANÁLISE ECONÔMICA DO DIREITO	
<i>Flórenci Rodrigues</i>	255
A COMPETÊNCIA NOS PROCESSOS ESTRUTURAIS	
<i>Heitor de Andrade Mendes</i>	271

DIREITO PROCESSUAL E A ANÁLISE ECONÔMICA: UM ESTUDO SOBRE OS INCENTIVOS PRIVADOS DA LITIGÂNCIA E O SISTEMA DE PRECEDENTES VINCULANTES <i>Isabel de Albuquerque Maranhão Milman</i>	281
LITIGÂNCIA FRÍVOLA: DOS FATORES DETERMINANTES AOS INSTRUMENTOS DE DISSUAÇÃO <i>Jorge Luis da Costa Silva</i>	299
A FIXAÇÃO DE TESES JURÍDICAS À LUZ DA ANÁLISE ECONÔMICA DO DIREITO <i>José Roberto Sotero de Mello Porto</i>	321
POR UM OUTRO OLHAR: O SISTEMA DE PRECEDENTES JUDICIAIS PELAS LENTES DA ANÁLISE ECONÔMICA DO DIREITO <i>Ludmilla Camacho Duarte Vidal</i>	341
A ANÁLISE ECONÔMICA DO DIREITO APLICADA ÀS DECISÕES DOS CREDORES EM FINANCIAR (OU NÃO) AS EMPRESAS EM SITUAÇÃO DE CRISE PRESERVAÇÃO DA EMPRESA VS. SEGURANÇA JURÍDICA <i>Luiz Fux</i>	361
AS SANÇÕES PREMIAIS NO PROCESSO CIVIL E SUA INTERFACE COM A ANÁLISE ECONÔMICA DO DIREITO E A PSICOLOGIA COMPORTAMENTAL <i>Marcelo Mazzola / Nathalia Ribeiro</i>	389
DIREITO FUNDAMENTAL À PRESTAÇÃO JURISDICIONAL EFETIVA NO PROCESSO PENAL <i>Paulo Wunder</i>	409
BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE A ANÁLISE ECONÔMICA DO PROCESSO TRIBUTÁRIO <i>Rafael Gaia Pepe</i>	433
A ANÁLISE ECONÔMICA DO DIREITO: A SEGURANÇA JURÍDICA COMO INSTRUMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO NO BRASIL <i>Rafael Vasconcellos de Araújo Pereira</i>	453
ANÁLISE ECONÔMICA E SOCIAL DO DIREITO: O PRAGMATISMO JURÍDICO APLICADO AO DIREITO DO TRABALHO <i>Roberta Ferme Sivoiella</i>	473
ANÁLISE ECONÔMICA DO DIREITO NO BRASIL: POR QUE NÃO BEBER DESSA FONTE? <i>Rodrigo Fux</i>	501
O ARTIGO 20 DA LEI DE INTRODUÇÃO ÀS NORMAS DO DIREITO BRASILEIRO E A PONDERAÇÃO DE CONSEQUÊNCIAS NA DECISÃO JUDICIAL <i>Sonia Leal Martins</i>	523
APONTAMENTOS SOBRE A BUSCA POR UM SISTEMA PROBATÓRIO EFICIENTE: ANÁLISE ECONÔMICA DA PRODUÇÃO ANTECIPADA DE PROVAS NO DIREITO BRASILEIRO <i>Tatiana Machado Alves</i>	543
UMA ANÁLISE ECONÔMICA DAS VANTAGENS DA ARBITRAGEM <i>Thiago Dias Delfino Cabral</i>	557
A PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA E SEUS EFEITOS NA DISTRIBUIÇÃO DO ÔNUS DA PROVA NO PROCESSO PENAL <i>Tiago Lezan Sant'Anna</i>	581